

Fundação Getúlio Vargas  
Escola de Administração de Empresas de São Paulo

# **POLÍTICAS PÚBLICAS E MICROCRÉDITO NO BRASIL: O CASO BOLSA-FAMÍLIA**

*Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – CNPq*

Relatório Final

Aluno: Pedro Henrique Peracini Cardoso

Prof. Orientador: Lauro Emílio Gonzalez Faria

São Paulo/SP,

2014

**SUMÁRIO**

<b>1.</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>3</b>
<b>2.</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>4</b>
<b>2.1.</b>	<b>O MICROCRÉDITO .....</b>	<b>5</b>
<b>2.2.</b>	<b>PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA E O BOLSA FAMÍLIA.....</b>	<b>9</b>
<b>2.3.</b>	<b>RELAÇÃO ENTRE OS ATORES E ANÁLISE PRELIMINAR .....</b>	<b>10</b>
<b>3.</b>	<b>MODELO CONCEITUAL.....</b>	<b>13</b>
<b>4.</b>	<b>APLICAÇÃO DO MODELO CONCEITUAL .....</b>	<b>15</b>
<b>4.1.</b>	<b>ANÁLISE .....</b>	<b>15</b>
<b>4.1.1.</b>	<b>GRUPOS SOCIAIS RELEVANTES .....</b>	<b>15</b>
<b>4.1.2.</b>	<b><i>FRAMES</i> TECNOLÓGICOS.....</b>	<b>18</b>
<b>4.1.3.</b>	<b>PROCESSO DE NEGOCIAÇÃO .....</b>	<b>21</b>
<b>4.1.4.</b>	<b>METODOLOGIA EM PRÁTICA .....</b>	<b>23</b>
<b>5.</b>	<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>25</b>
<b>6.</b>	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>26</b>

## **1. INTRODUÇÃO**

Esse projeto tem como objetivo compreender de que maneira se dá a relação entre políticas públicas no Brasil, particularmente o programa Bolsa Família (PBF), seus envolvidos (Banco Central, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal) e o microcrédito produtivo (MP), e como esses atores contribuíram uns aos outros em questão de desenvolvimento. Para isso, serão feitas a coleta e análise de documentos e dados, além de entrevistas que visem responder sobre a relação entre o MPO e o PBF, com o intuito de entender, historicamente, como se deu essa relação e como ela pode se desenvolver de forma mais eficiente.

Ao término da pesquisa, espera-se ter um claro entendimento de como deve caminhar o microcrédito produtivo como política pública no Brasil, como a relação do mesmo com as políticas de transferência de renda pode ser mais eficaz, aumentando em escala ou tendo uma melhor distribuição. É importante lembrar que essa relação está sujeita a uma mudança de governo e, conseqüentemente, pode se desenvolver de forma diferente da análise feita nessa pesquisa, por isso assume-se que o microcrédito produtivo e o programa Bolsa Família continuarão nos planos dos próximos governos.

### **1.1. Problema de pesquisa**

O problema de pesquisa que este trabalho pretende responder é: qual é a relação atual entre os programas de transferência de renda e o microcrédito no Brasil, quais são as perspectivas futuras para essa relação e como ela pode se desenvolver de forma mais eficiente.

### **1.2. Objetivo geral e objetivos específicos**

O objetivo deste projeto de pesquisa é analisar a atual relação entre os programas de transferência de renda e o microcrédito no Brasil, quais são as perspectivas futuras em relação à mesma e como ela pode se desenvolver de forma mais eficiente.

Como objetivo geral, pretende-se entender como se dá a relação entre as políticas públicas, no caso o programa Bolsa Família, e o microcrédito produtivo no Brasil. Ou seja, analisar historicamente o desenvolvimento dos métodos utilizados pelo governo para a aplicação do microcrédito produtivo aos que já são atendidos pelo

programa Bolsa Família. Além disso, faz-se mister a compreensão das perspectivas esperadas para a aplicação do microcrédito pelo setor público e como essa prática pode se desenvolver de uma melhor forma. Como objetivo específico, pretende-se também verificar quais são os benefícios do microcrédito produtivo como política pública e seus pontos negativos.

### **1.3. Escopo resumido**

O escopo resumido desse projeto visa compreender de que maneira se dá a relação entre políticas públicas no Brasil, mais especificamente o PBF, seus diversos atores (BC, BB, CEF) e o microcrédito produtivo, como o programa de transferência de renda contribuiu para o desenvolvimento deste e vice-versa. Para isso, será feita uma coleta e análise de dados para, historicamente, melhor entender a aplicação do microcrédito pelo setor público, e, com base nesse material, realizar um estudo aprofundado com o intuito de verificar como se deu essa relação, no que um influenciou beneficentemente ou maleficamente ou outro e quais foram e quais são os problemas enfrentados. Com o término da pesquisa, espera-se compreender quais são as perspectivas futuras para o microcrédito produtivo como política pública no Brasil, como sua relação com o PBF pode se tornar mais eficaz e como essa prática pode atingir uma parcela maior da população, ocasionando benefícios para a sociedade como um todo.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

## 2.1.O MICROCRÉDITO

As Microfinanças podem ser definidas como serviços financeiros oferecidos à população que está à margem do sistema financeiro tradicional, por meio de diversos serviços diferenciados, dentre eles o microcrédito produtivo. Este pode ser definido como um programa que estende pequenos empréstimos aos indivíduos mais pobres com o intuito de geração de renda (Woller and Woodworth, 2011). Na década de 70, o professor de Economia Muhammad Yunus verificou que os moradores de baixa renda em Bangladesh tinham seus negócios próprios e obtinham empréstimos de agiotas, sujeitos a juros muito altos. Mesmo com essa visível barreira, os compromissos com os agiotas eram honrados por parte da população. Dessa forma, ele viu a necessidade de crédito, com uma abordagem mais justa, que pudesse levar desenvolvimento aos pequenos negócios, sendo uma porta de saída da pobreza. Adquiriu, assim, notoriedade e se tornou o precursor do microcrédito na contemporaneidade, com o Grameen Bank, instituição que oferece microcrédito para milhões de pessoas, em sua maioria mulheres.

De acordo com Watson e Dunfort (2007) as mulheres representam um menor risco de crédito do que os homens e além das oportunidades econômicas auferidas, elas se beneficiam da criação de uma rede social e de um maior nível de empoderamento. Eles mostram que a estrutura dos grupos solidários oferece uma importante fonte de apoio mútuo, valorizando o coletivo e que dificilmente as mulheres teriam, caso não tivessem acesso aos serviços microfinanceiros. E, por último, afirmam que quando a mulher controla as rendas e consegue obtê-las em valores pequenos e regulares, a saúde da família é afetada diretamente e positivamente beneficiando a todos os seus membros.

No que diz respeito às inovações do microcrédito, para Morduch (1999) e Gonzalez, Piza e Garcia (2009), os empréstimos em grupo, o uso de agentes de crédito, os empréstimos progressivos e a frequência de pagamentos e o foco nas mulheres são os pontos principais.

Os empréstimos em grupo, conforme Diniz et al(2012), são formações de pessoas que, no sistema bancário tradicional, não possuem as garantias necessárias para a tomada de crédito. Esses indivíduos formam grupos com o intuito de obter empréstimos. Cada pessoa do grupo recebe um determinado valor e, simultaneamente, garante os empréstimos dos demais. Portanto, se houver inadimplência de um dos

membros, os demais devem pagar a parcela correspondente, sob pena de não receber mais créditos.

Os agentes de crédito, uma das inovações do microcrédito, são pessoas responsáveis por reunir informações dos tomadores de crédito, acompanhá-los, auxiliá-los quando necessário, produzir relatórios e, no caso de inadimplência, reaver o crédito em questão.

Os empréstimos progressivos se definem da seguinte forma: inicialmente, os valores emprestados não são elevados, e conforme o cliente se mostra pontual nos pagamentos, o valor emprestado aumenta. Ocasionalmente maior consciência por parte dos clientes nos pagamentos, aumento de informações sobre os mesmos e uma maior proximidade entre os dois lados.

O método de pagamentos frequentes alinha o fluxo de caixa dos tomadores com a instituição credora, com o objetivo de prever futuras inadimplências e tomar as medidas necessárias caso isso aconteça.

O foco nas mulheres, por fim, tem como objetivo ir contra a lógica do sistema financeiro que prioriza os homens, pois as mulheres têm um papel de importância na manutenção das famílias, e, com isso, podem ser mais eficazes na redução da pobreza.

Por fim, é importante definir exatamente as microfinanças, o microcrédito e o microcrédito produtivo orientado, para que se entenda principalmente como se diferencia o microcrédito produtivo orientado do microcrédito, com a definição de Soares e Melo Sobrinho (2007):

- Microfinanças - prestação de serviços financeiros adequados e sustentáveis para a população de baixa renda, tradicionalmente excluída do sistema financeiro convencional, utilizando produtos, processos e gestão diferenciados.
- Microcrédito – prestação de serviços microfinanceiros, exclusivamente a pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de pequeno porte, diferenciando-se dos demais tipos de atividade microfinanceira essencialmente pela metodologia utilizada, bastante diferenciada daquela adotada para as operações de crédito tradicionais. Essa tecnologia pode ser resumida à utilização de: i) agente de crédito; ii) garantia solidária; e iii) prazos curtos e valores crescentes. O microcrédito é usualmente

entendido como a atividade principal das microfinanças, pela importância para as políticas públicas de combate à pobreza com a geração de trabalho e renda.

- Microcrédito Produtivo e Orientado - crédito concedido para o atendimento das necessidades de pessoas físicas e jurídicas, empreendedoras de atividades produtivas de pequeno porte, que utiliza metodologia no relacionamento direto com os empreendedores, no local onde é executada a atividade econômica.

Para Monzoni (2006), é possível dividir a evolução histórica do microcrédito no Brasil em quatro períodos distintos, cada um com sua própria forma de constituição societária. O primeiro período vai de 1970 a 1980, nele as instituições de microfinanças desenvolvidas no Brasil estavam ligadas as redes internacionais, das quais conseguiram absorver metodologia e experiência técnica. O período seguinte, décadas de 1980 e 1990, foi marcado pelo grande número de organizações da sociedade civil que foram criados para oferecer serviços de microfinanças, essas organizações não possuíam fins lucrativos, constituíam forma de pessoas jurídicas de direito privado, eram enraizadas em comunidades carentes e, algumas contavam com apoio do poder público, municipal ou estadual, outras fizeram parcerias com o setor privado. Do fim de 1990 até o começo dos anos 2000, pode-se observar outra fase do microcrédito, na qual iniciativas governamentais, estaduais e municipais, foram implementadas. Por fim, o quarto período se inicia com a Lei no 10.194/01 que permite a criação das sociedades de crédito ao microempreendedor, é nessa época que o setor privado adentra o mercado de microcrédito. As instituições financeiras de grande porte só entram no mercado de microfinanças em meados da década de 2000.

Nesse período, com o início do governo Lula, há um desenvolvimento e maior atenção ao microcrédito, com políticas públicas específicas. Além de haver um grande foco nos programas de transferência de renda. Ou seja, a partir daí se dá o desdobramento da relação entre o Programa Bolsa-Família, o microcrédito produtivo e seus atores.

No Brasil, as microfinanças se desenvolveram por e atingiram maior capilaridade por meio do modelo de correspondentes bancários. Cerca de 80% dos recursos do Programa Bolsa Família são distribuídos através deste canal. O

correspondente refere-se à instalação de pontos autorizados de prestação de serviços bancários localizados em estabelecimentos parceiros, tais como supermercados, farmácias, casas lotéricas, agências do correio e diversos outros tipos de lojas e postos de serviços particularmente voltados ao atendimento varejista (Diniz et al, 2009).

O desenvolvimento desse modelo permitiu aos bancos multiplicarem de forma inédita a extensão e a capilaridade de suas redes de atendimento. Há cerca de 151 mil pontos de atendimento instalados em correspondentes, contra 19,8 mil agências bancárias convencionais instaladas no país. Há que se considerar ainda que em 2000, quando já funcionavam cerca de 17 mil agências bancárias no Brasil, não havia virtualmente nenhum correspondente bancário (Diniz et al, 2009).

Um exemplo no Brasil de MPO com sucesso vem do Banco do Nordeste: o maior programa de Microcrédito Produtivo Orientado da América do Sul, o Crediamigo, com 15 anos de existência. O Crediamigo faz parte do Crescer - Programa Nacional de Microcrédito do Governo Federal - uma das estratégias do Plano Brasil Sem Miséria para estimular a inclusão produtiva da população extremamente pobre. Além do Crediamigo, que é voltado para o meio urbano, há também o Agroamigo, iniciativa voltada para o meio rural. O programa não dá prejuízo aos cofres públicos, pelo contrário, gera lucro. Dados do relatório da administração do fim de 2013 do BNB mostram que, nesse mesmo ano, o Banco contratou por volta de 3,8 milhões de operações no valor global de R\$6,9 bilhões, por parte do segmento de microfinanças com o Crediamigo (crescimento de 33% nos valores alcançados em relação ao ano anterior) e o Agroamigo (crescimento de 36,8% nos valores alcançados em relação ao ano anterior). A inadimplência do Crediamigo, que representa os empréstimos em atraso de 1 a 90 dias em relação à carteira ativa, ficou em 0,85%, explicitando a qualidade da carteira, com baixa inadimplência histórica e crescimento significativo do volume emprestado.

Em seus 15 anos de existência, verifica-se que o Crediamigo demonstrou ser um programa de sucesso ao maciçamente promover o acesso da população pobre ao sistema formal de crédito, desenvolvendo seus negócios informais através do MPO e tornando melhores suas condições de vida.



## **2.2. PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA E O BOLSA FAMÍLIA**

Programas de transferência de renda representam uma estratégia inovadora no combate à pobreza que está crescentemente sendo adotada em diversos países em desenvolvimento, com graus variados de sucesso. Frequentemente esses programas fornecem dinheiro a famílias de baixa renda com a condição de que as crianças estejam frequentando a escola e que a família tenha visitas regulares ao médico. Por isso, os programas de transferência de renda têm o intuito de responder duas causas da pobreza que estão inter-relacionadas: níveis de consumo e a falta de investimento em capital humano (Diniz et al, 2009). No Brasil, dentre as iniciativas que têm o objetivo de acabar com a miséria, está o PBF, que unificou diversos programas que atuavam em separado em anos anteriores. OPBF teve início no governo Lula, de 2002 a 2010, sendo mantido no governo de sua sucessora, Dilma Rousseff.

O Programa Bolsa Família se define como um programa de transferência de renda direta com condicionalidades que beneficia famílias consideradas pobres (renda mensal por pessoa de até R\$60,01 a R\$120,00) e extremamente pobres (renda mensal por pessoa de até R\$60,00), para superação da fome e da pobreza. O Governo Federal, por meio do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e Combate à Fome, é o gestor do PBF em âmbito Federal. Da forma como os programas de transferência de renda estavam antes do governo Lula, atuando separadamente, eles aumentavam os custos e falhavam em ter um caráter de desenvolvimento social.

OPBF caracteriza-se pelo foco em três frentes integradas: transferência de renda, condicionalidade e programas complementares. A transferência de renda tem como intuito aliviar a pobreza de imediato. As condicionalidades supracitadas são parte fundamental do PBF. Elas são compromissos assumidos tanto pelas famílias beneficiárias do PBF quanto pelo poder público para ampliar o acesso dessas famílias a seus direitos sociais básicos. Por um lado, as famílias devem assumir e cumprir esses compromissos para continuar recebendo o benefício. Por outro, as condicionalidades responsabilizam o poder público pela oferta dos serviços públicos de saúde, educação e assistência social.

As condicionalidades estão presentes na saúde, com compromisso por parte das famílias na vacinação das crianças, além do acompanhamento da saúde das gestantes e dos bebês. No que diz respeito à educação, há um controle específico de frequência escolar mínima por parte das crianças e dos adolescentes. Há também condicionalidades

ligadas à assistência social, com crianças em risco ou retiradas de trabalho infantil sendo obrigadas a participar de programas de convivência melhoria de vínculos, com carga horária mínima requerida. As condicionalidades devem ser gerenciadas pelo poder público, sendo papel do mesmo identificar motivos de famílias que não as cumprem e implementar ações de acompanhamento das mesmas. O intuito é ajudar a família a superar as dificuldades em cumprir as obrigações, gerando não apenas aumento de renda, mas também melhoria na saúde, educação e inclusão das famílias. Os programas complementares entram no programa como um foco no capital humano, ou seja, desenvolvem as pessoas de baixa renda em suas habilidades, com programas de alfabetização e preparo para o mercado de trabalho.

### **2.3.RELAÇÃO ENTRE OS ATORES E ANÁLISE PRELIMINAR**

Com base em Braga *et al* (2012), analisando de forma preliminar a relação entre o PBF e o MPO e tomando como ponto de análise a relação do PBF com o Programa Crediamigo, nota-se que o PBF consegue aliviar as carências mais prementes dessas famílias, alcançando a primeira dimensão do Programa, ou seja, “o alívio imediato da pobreza, por meio da transferência de renda”, observando-se que grande parte das famílias tem como única renda assegurada o Bolsa Família.

Analisando-se a posição do governo federal brasileiro quanto à relação do MPO e outros programas complementares ao PBF, nota-se que esses não são especificamente uma porta de saída do programa, mas “braços” que auxiliam as famílias a não dependerem mais do mesmo. Há, no que diz respeito aos programas complementares, uma estratégia de curto e longo prazo. No longo prazo, o foco é desenvolver capacidades dos membros das famílias, tanto em relação a capacidades profissionais quanto pessoais, com maior instrução e, conseqüentemente, maior amadurecimento em relação às suas escolhas. Já na estratégia de curto prazo, estão presentes programas que auxiliam as necessidades imediatas das famílias e que suportam a chegada ao longo prazo. O MPO, como “braço” do PBF, mostra-se como uma medida de curto prazo para alavancar pequenos empreendimentos já existentes, sendo uma ação complementar a esse “alívio imediato”, ou seja, uma alternativa às famílias em questão para que possam se inserir em atividades produtivas ou desenvolvê-las quando já existentes. Dessa forma, o intuito é uma diminuição gradual da dependência do PBF, e uma inserção no sistema financeiro formal, no que diz respeito à diminuição da dependência dos

programas de transferência de renda. Aliada a essa inserção, há a capacitação do capital humano que vem do PBF, fazendo com que haja maior consciência no uso do crédito, quando esse possivelmente passa a ser cedido por bancos comerciais. A condicionalidade advinda do PBF também leva, junta ao desenvolvimento financeiro do MPO, melhora na saúde e, conseqüentemente, do bem estar dessas famílias. Essa melhora gradual da situação econômica e social da população é possível por meio da aliança entre o MPO e o PBF, mas deve-se ressaltar que há diversos erros de aplicação do programa, comprometendo os resultados esperados. Além disso, a referência de sucesso utilizada até o momento na pesquisa, o programa Crediamigo, não está presente em todo país. Por isso, ainda devem ser analisadas as outras iniciativas de MPO, além de ser aprofundada a influência que os correspondentes bancários exercem nos beneficiados pelo programa e em todo o consumo nas regiões em questão.

No que diz respeito ao alcance do MPO e do PBF, o modelo de correspondentes no Brasil é utilizado em sua maioria para pagamentos, sendo que poderia contribuir para mais do que isso, pois é “terreno fértil” para oferta de outros produtos, como o MPO. Um dos motivos dessa “fertilidade” é o fato de terem menor custo, pois podem estar presentes onde não há viabilidade para agências bancárias tradicionais, além de já estarem extensamente presentes disseminados e não haver grandes custos para que ofereçam mais serviços. Outro motivo é o fato de poderem solucionar um típico problema relacionado ao crédito, a assimetria de informação. As pessoas atendidas pelo microcrédito dificilmente têm histórico de crédito, e pelo fato de os correspondentes oferecerem outros serviços, como pagamento de contas, há um maior conhecimento do perfil dos clientes. Estudos aplicados ao mercado de crédito americano (Turner et al, 2010) demonstram que dados de consumo de gás, energia elétrica e aluguéis poderiam ajudar a incluir pessoas que estão à parte do sistema de crédito por falta de informação, além de a adição de dados alternativos ao modelo de risco poder reduzir a inadimplência entre 27% e 30%, podendo assim diminuir os juros.

Verifica-se que, atualmente, um dos caminhos mais promissores para um melhor desenvolvimento do PBF e do MPO é o modelo de correspondentes bancários, pelo fato de haver um extensivo espaço para que se relacionem os dois atores supracitados. Os correspondentes estão presentes em áreas onde agências convencionais que aplicam o crédito não estão, e esse é um fator de suma importância. Essa proximidade no nível pessoal, em conjunto à maior quantidade de informação dos clientes por conta de outros

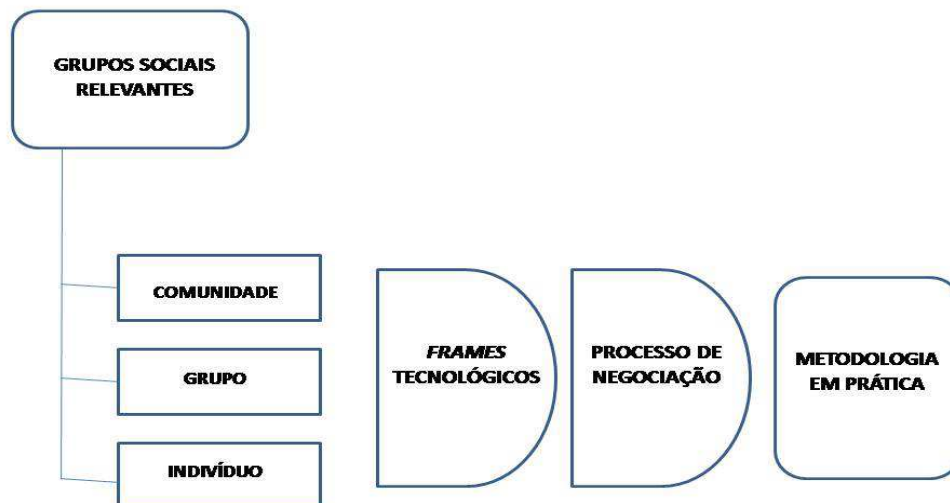
serviços oferecidos, leva mais segurança à população de baixa renda ao executar operações financeiras e também diminui o risco de inadimplência, além de os juros da operação.

Por ser uma realidade, o modelo de correspondentes bancários mostra-se como uma das únicas alternativas para alcançar a escala necessária ao MPO e a outros serviços microfinanceiros, relacionando-os diretamente ao PBF. Em suma, os correspondentes, por distribuírem os benefícios do PBF e realizarem outras operações, como pagamento de contas, detêm um tipo de informação que pode ser fundamental para aplicar o MPO, formando uma base de dados sobre os clientes, além de existir uma proximidade com os clientes que pode encorajá-los a utilizar os serviços microfinanceiros e diminuir os riscos de inadimplência.

### 3. MODELO CONCEITUAL

Como ferramenta adotada para realizar essa pesquisa, está sendo utilizado um modelo baseado em Pozzebon *et al* (2008), que propõem um modelo “multinível”, sendo esse utilizado por várias pesquisas em microfinanças no Brasil (Jayo, 2010; Cernev, 2010; Diniz *et al*, 2009). O modelo segue a ideia de que o microcrédito produtivo e os programas de transferência de renda e suas evoluções foram e são influenciados por interesses e valores, além de moldados por inter-relações entre agentes e grupos. Os conceitos fundamentais associados ao modelo conceitual e utilizados nessa pesquisa são quatro: (1) *frames* tecnológicos, (2) grupos sociais relevantes, (3) processo de negociação e (4) tecnologia em prática.

Os *frames* tecnológicos são os interesses, suposições ou expectativas formadas pelos indivíduos em relação ao microcrédito e ao programa Bolsa-Família. Os grupos sociais relevantes são os indivíduos que tendem a compartilhar os mesmos *frames* tecnológicos. O processo de negociação captura os meios pelos quais os diferentes grupos, a partir de seus interesses e valores, exercem influência sobre o MP e o PBF em processo de implementação. Por fim, a tecnologia em prática é o resultado da negociação em torno do MP e do PBF.



*Figura 1.*

*Fonte:* LAVOIE, F.; POZZEBON, M.; GONZALEZ, L. (2011).

*Adaptado pelo autor.*

Já para a coleta dos dados e sua análise, o método em questão é a análise histórica, que permite obter, conforme Mason *et al* (1997), uma perspectiva valiosa para a compreensão de problemas contemporâneos, como esses surgem, quais seus desdobramentos, quais soluções foram adotadas, qual seu efetivo funcionamento etc.

Serão seguidas as etapas sugeridas por Mason *et al.* (1997): identificação de questão de pesquisa (etapa um), especificação de domínio de estudo com claras definições espaciais e temporais (etapa dois). Cumpre salientar que o período de estudo, de 2002, primeiro ano do governo Lula, até os dias atuais. A etapa três da abordagem histórica de Mason *et al.* (1997) envolve a coleta de documentos e registros históricos. No caso aqui proposto, a coleta de dados incluirá trabalhos acadêmicos, artigos da mídia, notas de visitas de campo e transcrições de entrevistas. A etapa quatro envolve a avaliação crítica de todo material empírico utilizando processos analíticos, tais como lógica elementar, para avaliar a coerência geral dos dados. Na etapa de análise dos dados (etapa cinco), o estudo passa de empírico a indutivo, ou seja, é necessário reunir e interpretar fatos para avaliar o seu significado e lógica (Mason *et al.*, 1997:315). Finalmente, o resultado dessa análise toma a forma de uma narrativa histórica.

A narrativa histórica combinada ao modelo conceitual multinível adequa-se ao intuito de capturar o contexto e a dinâmica entre o MP e o PBF, partindo do pressuposto de que, conforme Diniz *et al* (2012), a evolução do MP no Brasil foi fortemente condicionada pela atuação do setor público, tanto diretamente, através dos bancos públicos, quanto indiretamente, através de regulação específica a cargo do Banco Central. O setor privado tem desempenhado papel menor e predominantemente reativo às iniciativas do setor público. Tal configuração deriva de interesses das partes envolvidas, que também atuarão como direcionadores do desenvolvimento futuro do MP e sua relação com PBF no Brasil. Assim sendo, a combinação do modelo conceitual multinível e da análise histórica é a opção mais adequada para capturar o contexto e a dinâmica acima descritos e atingir os objetivos da pesquisa.

## **4. APLICAÇÃO DO MODELO CONCEITUAL**

Esse projeto tem o intuito de dar uma maior compreensão à relação entre o programa bolsa família e o microcrédito produtivo orientado no Brasil, além de analisar essa relação e de forma indutiva se apresentar perspectivas futuras para essa relação. Para explorar esse problema, foram utilizados de forma conjunta trabalhos acadêmicos, notícias e outros dados secundários, além de uma entrevista em profundidade com um membro do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), formulador de políticas de inclusão financeira no âmbito do PBF, para que fosse possível analisar um *frame* tecnológico advindo de um grupo social diferente do verificado em algumas pesquisas acadêmicas e da mídia de uma maneira geral. Cabe aqui uma consideração de que o ideal seria abordar todos os grupos sociais relevantes, e essa pesquisa em questão se mostrou limitada por ter apenas uma entrevista realizada, por motivos de conflito de agenda e por ser uma iniciação nas pesquisas científicas, o que prejudicou a abrangência das opiniões e os resultados, embora não tenha tornado inválida a pesquisa. Outras formas de obter informações foram exploradas e levaram a uma análise considerada satisfatória. O nome do entrevistado foi preservado por questões de privacidade, de forma que o nome utilizado (Roberto) é fictício. Para o propósito dessa pesquisa, o período em foco na pesquisa compreende-se de 2002 aos dias atuais, período no qual houve a implementação do PBF e maior participação do MPO na agenda do Governo Federal.

### **4.1. Análise**

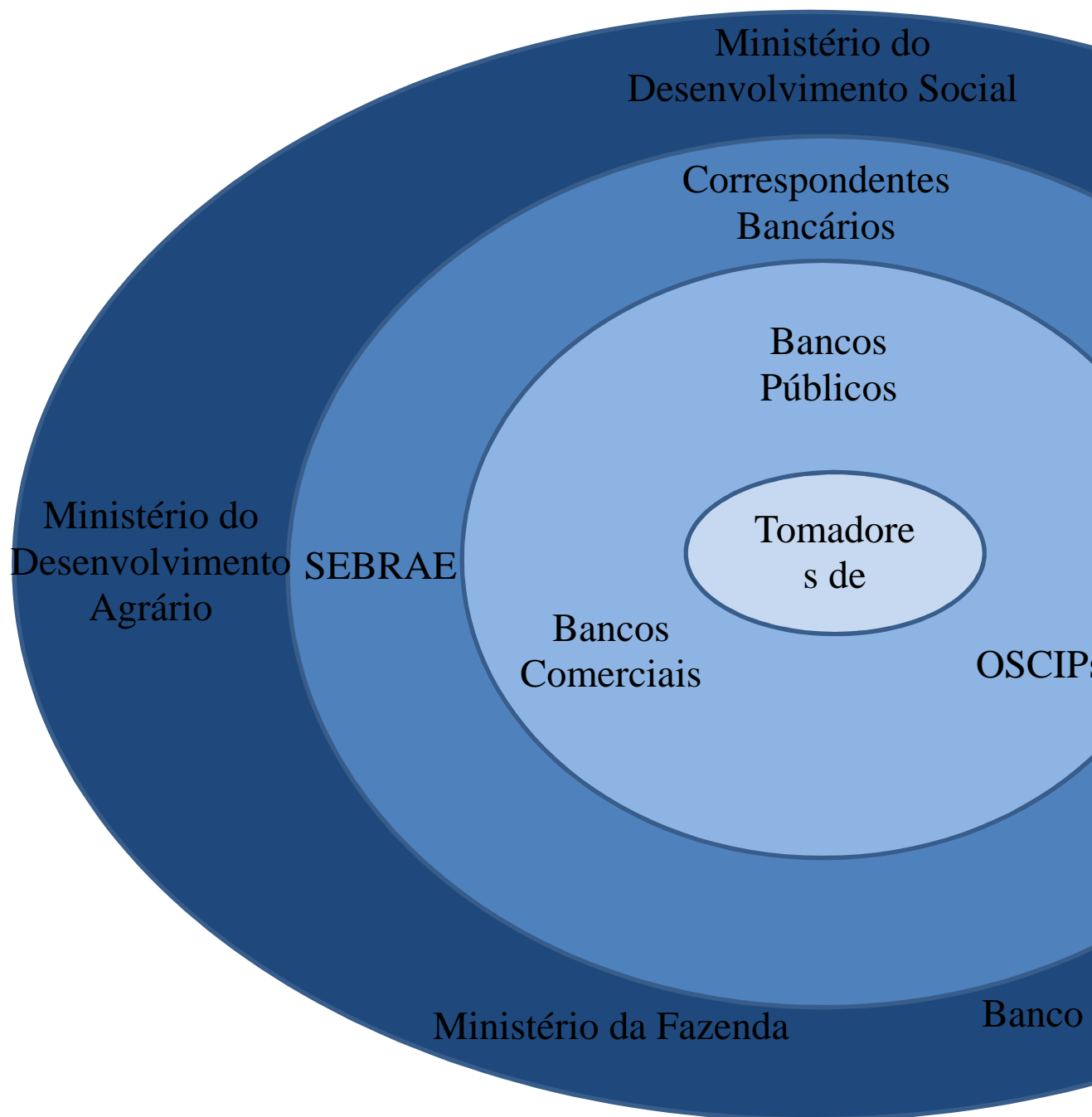
#### **4.1.1. Grupos sociais relevantes**

As *Chaves Principais das Microfinanças*, definidas pelo Grupo Consultivo de Assistência aos Pobres, determinam que a consolidação do acesso ao crédito pela população de baixa renda depende da integração dos serviços financeiros em três níveis de atuação: micro, meso e macro (HELMS, 2006). De acordo com esta concepção de níveis de serviços, os tomadores de crédito e os beneficiários do PBF estão no centro do sistema financeiro, pois suas demandas determinam e influenciam as ações dos grupos e instituições inseridos nos outros níveis.

O nível micro é constituído pela gama de serviços financeiros informais e formais incluindo bancos públicos e privados. O nível meso é formado pela infraestrutura financeira que atua na redução de custos de transação, expansão da inclusão financeira e promoção de transparência dos serviços. Estes serviços incluem instituições de apoio, bureaux de crédito, sistemas de pagamento, tecnologias de informação e serviços de treinamento. O nível macro é composto pela estrutura regulatória e é onde ocorrem as formulações de políticas públicas. Fazem parte deste nível instituições como Banco Central, MDS e outros órgãos governamentais envolvidos nas políticas de microfinanças e inclusão social.

No caso brasileiro, o Banco Central possui um papel importante nas microfinanças não apenas pela sua atuação regulatória, mas também por sua intenção de promover a inclusão financeira. Com base nas definições dos níveis de serviços financeiros definidos por Helms (2006), a figura 2 ilustra os grupos e instituições envolvidos no processo de microcrédito e inclusão financeira no Brasil.





*Figura 2.*

*Fonte:* GONZALEZ, L.; PORTO, L. (2013).

*Adaptado pelo autor.*

No caso brasileiro fazem parte do nível micro os Bancos públicos e comerciais, como o BNB, o BB e a CEF, além das Sociedades Civis de Interesses Públicos (OSCIPs) e outros atores como consórcios e meios informais de tomar crédito, os quais nessa pesquisa não foram abordados por não se tratar de microcrédito produtivo orientado. No nível meso encontra-se o SEBRAE como instituição de apoio e provedor

de serviços de treinamento, o SPC como bureaux de crédito ao prover informações negativas sobre dívidas e não pagamento de pessoas físicas e jurídicas. A Central de Risco de Crédito do Banco Central do Brasil tem o objetivo de facilitar a supervisão bancária do BCB e prover avaliação de risco aos bancos concedendo informações negativas e positivas sobre os possíveis clientes dos bancos.

Os correspondentes bancários foram classificados como membros do nível meso, pois estes têm o importante papel de reduzir os custos de transação das agências bancárias ao prover maior alcance de serviços, pois ao conceder infraestrutura tecnológicas e promove a conexão entre os bancos e a população de baixa renda que resulta na facilitação de inclusão financeira (JAYO, 2010).

No nível macro além do Banco Central, as principais instituições envolvidas nas políticas de inclusão financeira são o Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e Ministério da Fazenda. Estes ministérios são responsáveis pela coordenação das principais políticas de microcrédito e da principal política de transferência direta de renda: o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), o Programa Crescer e o PBF. Por fim, o Ministério do Desenvolvimento Agrário também deve ser levado em consideração nessa pesquisa por ser um importante membro para a promoção da inclusão financeira, com destaque para os programas voltados para o microcrédito rural como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF.

#### **4.1.2. *Frames* tecnológicos**

Os *frames* tecnológicos se referem aos interesses, expectativas e suposições dos indivíduos na implementação e uso de uma metodologia específica, no caso a relação entre PBF e o MPO.

No que se refere individualmente ao PBF, há uma opinião semelhante nos artigos acadêmicos utilizados, no entrevistado e na mídia. Verifica-se que o programa é tratado como bem sucedido em relação à escala atingida e aos benefícios que entrega em relação ao seu custo, ou seja, foram verificadas expectativas e suposições semelhantes, e os interesses das partes não convêm nesse caso específico.

*“O PBF (...) é uma inovação em matéria de tecnologia social no Brasil, alcançando nível nacional de política. Sendo um programa de transferência direta de renda, ele é economicamente mais eficiente no combate à pobreza do que outros programas. (...) O índice Gini vem diminuindo desde o início dos anos 2000, (...) a desigualdade não mudou até 2000 e a partir de 2003 começa a mudar drasticamente, e 20% dessa queda é atribuída ao programa, a um único programa. Naquilo que é comparável, ou seja, políticas já utilizadas e propostas que sempre retornam ao debate, o PBF é “imbatível”, não há um substituto à altura”. [Roberto, MDS]*

Seguindo uma opinião semelhante, o relatório atual da ONU sobre desenvolvimento humano, o *Human Development Report (2014)*, cita o PBF como um exemplo de política em que há ganhos mútuos, ou política “ganha-ganha”. O relatório exemplifica o grande retorno advindo da política, mostrando que nos anos de 2008 e 2009 o custo de 30% do PIB se converteu em uma redução na desigualdade de 20% a 25%. Méritos do programa também foram apontados no curto e longo prazo após a crise de 2008, auxiliando as famílias mais pobres na manutenção de seu poder de compra, além de, por estar atrelado a condicionalidades no âmbito educacional e da saúde, auxiliá-las também no desenvolvimento humano.

Já em relação ao MPO, os *frames* dos diferentes grupos sociais observados são diversos, e isso se dá, dentre outros fatores, pelo MPO ser mais recente como política do que o PBF, e por ainda não ser consolidado no Brasil como um todo. O quão bem sucedido o microcrédito pode se tornar como política em todo o território brasileiro e na sua relação com o PBF leva a alguns tópicos: a dificuldade de replicar o modelo bem sucedido do Banco do Nordeste para o resto do Brasil, o modelo jurídico impreciso e o aspecto orientado do microcrédito.

#### **4.1.2.1.O modelo jurídico impreciso**

O modelo brasileiro de Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPI) dificulta uma maior capilarização da oferta de crédito, ele é muito centralizado e muito hierarquizado, impedindo um maior número de instituições praticando o MPO.

*(...) O sistema de microcrédito brasileiro, saindo do BNB, apostou na instituição de microfinanças, a OSCIP. Mas esse desenho jurídico de OSCIP é muito criticado, (...) o modelo é muito centralizado (...) e há outras restrições quanto ao funding, é um sistema mal desenvolvido no Brasil, e por isso se diz que não há microcrédito, mas sim uma grande instituição o fazendo com dificuldade, indo de encontro a uma lei que é inaplicável. [Roberto, MDS]*

#### **4.1.2.2.Dificuldade de replicar**

O MPO no Brasil de forma bem sucedida acontece principalmente por iniciativa Banco do Nordeste, e há uma grande dificuldade de replicação desse modelo para as outras regiões do Brasil. Para Lavoie *et al* (2011), os gestores devem estar atentos a seleção de pares e execução no estágio inicial de uma implementação e o foco constante no papel do agente de crédito na medida em que o programa se desenvolve. Além disso, os diferentes grupos sociais envolvidos na replicação do microcrédito tendem a ter opiniões diferentes e essas devem ser levadas em consideração no processo. Por fim, os autores recomendam, em regiões com mercados competitivos, estabelecer uma parceria com uma organização local, com contatos iniciais, nome reconhecido e carteira de clientes sólida, aumentando a chance de uma iniciativa ser bem sucedida fora do contexto do nordeste brasileiro.

Além dos princípios expostos anteriormente, há também a crítica ao que foi adotado pelo governo como única forma de aplicar microcrédito de forma bem sucedida: bancos públicos e taxas de juros subsidiadas.

*“De 2011 até agora há um convencimento das autoridades de que o caminho certo é ter bancos públicos fazendo microcrédito, pelo fato de o BNB ter dado certo. É a tentativa do Programa Crescer: dirigir a agenda de microfinanças para bancos públicos e distribuir subsídio para que a taxa de juros fique mais baixa, contudo o BNB não teve subsídio, o modelo ideal tem que se sustentar”. [Roberto, MDS]*

#### **4.1.2.3.Aspecto orientado**

Em tese, o MPO, para que seja bem sucedido e atinja o seu objetivo, deve ser acompanhado de orientação quanto ao uso do dinheiro. Porém, com a escala que se espera, esse tipo de orientação profissional se torna quase impossível, de forma que o dinheiro não é usado para alavancar os empreendimentos, mas para fluxo de caixa, com o intuito de mantê-los funcionando.

*“O microcrédito está sendo utilizado muito mais para fluxo de caixa do que para investimento direto, (...)sendo usado para fluxo de caixa, só para a manutenção do negócio. A crítica tem a ver com o aspecto orientado, esqueça qualquer tentativa de orientar em escala macro o tomador do crédito em relação aos negócios. O que se descobriu é que no máximo é possível dar dicas, como uma espécie de educação financeira, em um nível muito opinativo. (...) No caso brasileiro se pesou muito o agente de crédito, acreditando que ele tem capacidades de transferência de conhecimento empresariais e capacidade de orientar investimentos, não é bem assim. Grande parte da carteira do BNB é para fluxo de caixa, e a expectativa era que o microcrédito levaria as pessoas a investir e alavancar o negócio, porém essa alavancagem não se mostrou bem sucedida.[Roberto, MDS]*

#### **4.1.3. Processo de negociação**

O processo de negociação aponta como os diferentes grupos sociais relevantes influenciaram a relação entre o MPO e o PBF e ainda o fazem, além de como suas ações e opiniões a moldam. Para que essa influência se tornasse mais clara, foram listados os principais desafios encontrados na relação entre os dois atores historicamente, a partir do início do governo Lula (2002). Nessa etapa os desafios de cada período foram apenas explicitados e esclarecidos, para que houvesse maior entendimento da problemática envolvida.

Em 2002 não havia um programa oficial de microcrédito, apenas o Marco Legal para o microcrédito (SCM e OSCIP), o Programa de microcrédito do BNDES e o Crediamigo do BNB. Os programas de transferência de renda ainda atuavam em separado. Em 2005 o PBF estava em seu segundo ano e nesse período encontra-se a

criação do Programa de Microcrédito Produtivo Orientado. A partir desse momento há uma discussão inicial por parte do governo com o intuito de relacionar os dois programas. Contudo, o desafio encontrado foi o próprio período em que a discussão se encontrava, o ano de 2006 era ano eleitoral, o que dificultou e postergou a discussão.

Em 2007, com a reeleição de Lula, o debate volta à agenda do governo e encontra outro desafio: a discussão de portas de saída do PBF, com opiniões conflitantes dos diferentes grupos sociais relevantes.

*“A discussão de portas de saída é muito delicada, há uma diferença de opinião entre os envolvidos, pois portas de saída não significam a mesma coisa para os diferentes partidos políticos. Para alguns elas significavam o MPO como meio de saída do PBF, e para outros o significado era um caminho para outros programas. E havia o viés de querer que o MPO fosse uma porta de saída”.*[Roberto,MDS]

Em 2008, analisando a base de dados do BNB, que a conexão que se queria dos dois programas já existia. A base de clientes de microcrédito no BNB também beneficiários do PBF estava na faixa de 30%, o desafio então passou a ser como desenvolver melhor essa relação.

A partir de 2009, a abordagem do governo ao microcrédito se dá pelo Ministério do Trabalho, por meio de editais. O maior desafio nesse período foi a logística, ou seja, o Ministério não atendeu da forma esperada as instituições que atenderam ao edital em 2009, e, por consequência, o edital de 2010 contou com menor adesão. Então, em 2010, novamente o MPO se depara com as dificuldades de um ano eleitoral e deve-se aguardar.

Já em 2011 a discussão retorna, mas tem outro formato, o início do programa Crescer. Verifica-se nas últimas décadas o que foi bem sucedido em matéria de aplicação de MPO e a conclusão é que as iniciativas vieram de bancos, como o programa Crediamigo do BNB, então o desafio se concentra na tentativa de levar algum tipo de subsídio para os beneficiários do PBF na aplicação do MPO pelos bancos públicos.

*“(...) a partir desse período abandona-se a tentativa do Ministério do Trabalho e tenta-se criar uma conexão direta entre o PBF e o MPO por uma prioridade, que os bancos públicos dariam. Prioridade essa que nunca existiu, e que se tentava agora estabelecer, embora não houvesse instrumentos para isso. O resultado foi uma diretriz de tentar atender o público do PBF, então muita gente entendeu que era preciso criar no programa Crescer um subsídio adicional, contudo essa discussão teve dificuldades, pois não se conseguiu fazê-lo de forma clara”. [Roberto, MDS]*

#### **4.1.4. Metodologia em prática**

A metodologia em prática diz respeito às implicações do processo de negociação, discutido na referida seção. O que inicialmente se observou como resultado dos processos de negociação foi uma espécie de omissão na relação entre os dois programas, pelo desafio de se estar em um ano eleitoral e apenas um dos dois atores, O PBF estar estabelecido como política, embora muito recente.

*“(...) então o debate que ocorreu em 2006 foi o seguinte (figurativamente): é ótimo ter a lei do microcrédito e é ótimo ter o PBF, mas ambos estão muito recentes e deve-se respeitar a agenda própria de cada um antes de juntá-los”. [Roberto, MDS]*

O resultado do processo de lançar editais não foi o que se esperava conforme o citado na seção anterior. Em 2009, o edital realizado por parte do Ministério do Trabalho, responsável pelo MPO, concedeu subsídio para bancos e instituições de microfinanças (IMF) com foco no público do PBF, com o intuito de desenvolver a relação indireta encontrada entre tomadores de microcrédito e beneficiários do PBF (majoritariamente clientes do BNB). Os problemas operacionais encontrados no primeiro edital lançado prejudicaram a adesão do segundo edital, no ano de 2010, além de novamente a política se encontrar em um ano eleitoral, sendo deixada de lado até o fim do período.

*“Essa conexão entre o PBF e o MPO encerra o ano de 2010 com a tentativa do Ministério do Trabalho de instituir um subsídio dentro do microcrédito para as IMF e os bancos, com uma espécie de pedido para o BNB não entrar para que houvesse subsídio suficiente para as outras organizações”.*  
[Roberto, MDS]

A discussão do microcrédito como porta de saída parte de 2007 aos dias atuais. Embora haja o conflito de opiniões em relação a o que são especificamente e o que devem ser as portas de saída, o MPO tem se mostrado como um “braço” de apoio, ou seja, um caminho para outros programas. No caso, o alívio imediato do PBF concede estabilidade às famílias e o MPO dá a oportunidade de entrada no empreendedorismo formal. Dados do MDS apontam que 10% dos Microempreendedores Individuais (MEI) são beneficiários do PBF. Mais especificamente, 29% dos clientes do programa Crescer se beneficiam do PBF, de forma que há uma combinação entre os dois programas, mesmo que não seja direta, para que haja o citado alívio imediato da pobreza e um desenvolvimento no longo prazo. De acordo com o diretor de programas do MDS, Marcelo Cabral, há beneficiários do PBF, são MEI e tomam crédito via programa Crescer, de forma que essa é uma estratégia combinada. Cabe aqui a ressalva de que embora a relação exista e se defenda a ideia de que é uma estratégia combinada, há divergência de opinião em termos de quão direta essa relação é, e o quanto ela poderia ser mais desenvolvida.

*“O delicado nessa discussão é que ao se descobrir que havia uma grande interseção entre as políticas na ordem de 30%, as tentativas de aumentá-la não tiveram ênfase. O Ministério do Trabalho experimentou por edital e não conseguiu passar uma política pública. E em 2011 o subsídio para o programa Crescer é geral e não focado no PBF. Então essa conexão entre os programas existe, mas ela ainda existe em decorrência de uma relação estrutural e indireta, ainda se faz necessário de um estudo para entender o quanto as IMF autonomamente estão indo buscar o público do PBF e o quanto o público do PBF está tendo condições de acessar o MPO”.* [Roberto, MDS]



Com o início do programa Crescer, a tentativa de se subsidiar o MPO para beneficiários do PBF não foi continuada, ou seja, o subsídio foi geral e para a taxa de juros. O que traria uma conexão direta entre os dois programas não aconteceu, embora exista essa relação. A crítica se direciona ao fato de se aceitar a relação existente e não aprimorá-la. Outra crítica se encontra em torno do posicionamento da política, ou seja, existe a opinião de que o MPO está mal posicionado. Essa crítica se deve à falta de maturidade da mesma tanto na sociedade quanto no Estado, no que diz respeito ao seu desenho e como ele pode fazer com que ela seja mais bem aproveitada, individualmente ou em suas conexões, como o PBF. Conclui-se que o MPO no âmbito nacional, em sua relação com o PBF, ainda não tem a maturidade das outras políticas e nem a capacidade de entregar soluções de forma direta.

Por fim, é possível, de forma simplificada, dividir a relação entre o PBF e o MPO em três fases. A primeira fase, o início do período estudado, se caracteriza pela incredulidade existente nessa conexão, ou seja, havia dois programas extremamente recentes e ela não existia. A segunda fase, de 2007 a 2010, tem características de experimentação, pois a existência da conexão é descoberta e há tentativas de, diretamente, torná-la mais desenvolvida, com os editais do Ministério do Trabalho supracitados. A terceira fase, após 2010, com o início do programa Crescer, se caracteriza por ser uma fase de experimentação não direta, pois o subsídio que se buscava no programa para os beneficiários do PBF não aconteceu.

## **5. CONCLUSÃO**

Durante essa pesquisa se propôs um claro entendimento da relação entre o MPO e o PBF e como ela poderia se desenvolver de forma mais eficaz futuramente. O estudo se concentrou no período de 2002 aos dias atuais, pois nesse período houve a unificação dos programas de transferência de renda até então existentes, além de um maior foco na aplicação do MPO por parte de iniciativas advindas do governo federal. Para que esse entendimento fosse possível, e se pudesse tirar conclusões e recomendações no que se refere aos dois atores em questão, foi feita uma análise dos dados coletados com base em um modelo multinível. A partir dessa análise, torna-se clara a divergência de opiniões em relação ao MPO, mostrando-se o elo mais fraco da relação estudada. Ao se levar em consideração essas diferentes suposições, expectativas e interesses relacionados ao MPO, é possível chegar a recomendações reais para que essa relação se desenvolva de melhor forma.

A partir do material coletado e da análise do mesmo, o entendimento da relação entre o MPO e PBF se tornou claro e explícito na pesquisa. O que se pretendia além desse entendimento, no entanto, que são meios de desenvolver melhor essa relação, não ficaram claros, mas há como identificar problemas pontuais na relação e apontar onde os mesmos podem melhorar. Conforme apresentado na seção anterior, o MPO se mostrou menos consolidado como política quando se estuda o âmbito nacional, enquanto o PBF encontra maior solidez nas opiniões dos grupos sociais relevantes. Dessa forma, o que esse trabalho pode apresentar como forma de tornar melhor a relação em questão é desenvolver, em primeiro lugar, o MPO no Brasil. Os diferentes *frames* capturados na pesquisa são pontos que podem ser levados em consideração: o modelo jurídico impreciso, a dificuldade de replicar o modelo bem sucedido do BNB e o aspecto orientado que não consegue tirar o microcrédito do uso para fluxo de caixa. A relação do programa Crescer com o PBF pode ser mais desenvolvida, com alternativas viáveis como subsídios para os beneficiários ou orientação para um viés de investimento, de forma que a relação que indiretamente já existe possa se desenvolver e haja um passo para outras políticas, para o empreendedorismo e um casamento com o sistema financeiro formal.

## **6. REFERÊNCIAS**

AGHION, B. A. e MORDUCH, J. (2010). The Economics of Microfinance. The MIT Press.

BITTENCOURT, G. (2005). “Microcrédito e microfinanças no governo Lula”. Brasília: Ministério da Fazenda. Disponível em <http://www.fazenda.gov.br>. Acesso: 27 jul. 2014

BNB DO BRASIL S/A. Crediamigo: Relatório anual 2012. Disponível em <http://bnb.gov.br/crediamigo>. Acesso: 20 jan. 2014.

BRAGA, S. G. M.; LEANDRO D. C. e LYRA JÚNIOR. G. S (2007). Microcrédito como ação complementar ao Programa Bolsa Família - a experiência do Crediamigo do BNB.

CONGO, M. (2014). Microcrédito é porta de saída do Bolsa Família. O Estado de S. Paulo. Disponível em <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral/microcredito-e-porta-de-saida-do-bolsa-familia,183815e>. Acesso: 26 jul. 2014.

DINIZ, E.; ALBUQUERQUE, J.; CERNEV, A. (2012) “Digitalization in Conditional Cash Transfer (CCT) Programs and its potentials: Analysis of the BolsaFamília case”.

DINIZ, E. (2010). “Correspondentes Bancários e Microcrédito no Brasil: Tecnologia Bancária e Ampliação dos Serviços Financeiros para a População de Baixa Renda”.

DINIZ, E. H.; POZZEBON, M. e JAYO, M. (2009) “The role of ICT in helping parallel paths to converge: microcredit and correspondent banking in Brazil”. *Journal of Global Information Technology Management*, v. 12, p. 80-103.

GONZALEZ, L.; PORTO, L. (2013) "Microcrédito no Brasil" Evolução Histórica e Perspectivas", Working Paper, Centro de Estudos em Microfinanças e Inclusão Financeira da FGV.

GONZALEZ, L.; PIZA, C.; GARCIA, D. (2009) “Sinergia entre microsseguro e microcrédito e o crescimento dos mercados no Brasil”, *Revista Brasileira de Risco e Seguro*, Vol. 5, No. 10, pp. 45-84.

JAYO, M.(2010). Correspondentes bancários como canal de distribuição de serviços financeiros: taxonomia, histórico, limites e potencialidades dos modelos de gestão de redes. Tese de Doutorado em Administração de Empresas FGV, São Paulo, 2010.

LAVOIE, F., POZZEBON, M. GONZALEZ, L. (2011) “**Challenges for Inclusive Finance Expansion: the Case of CrediAmigo, a Brazilian MFI**”. *Management International*. Vol. 15, No. 3, pages 57-69.

MASON, R.O; McKENNEY, J.L.; COPELAND, D.G. (1997) “An Historical Method for MIS Research: Steps and Assumptions”. *MIS QUARTERLY*, 31 (3), pp. 307-320.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. Programa Bolsa Família. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>. Acesso: 18 jan. 2014.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. Programa Bolsa Família, Condicionalidades. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/condicionalidades>. Acesso: 15 abr. 2014.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. Relatórios de Informações Sociais. Disponível em <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIV3/geral/>. Acesso: 28 jul. 2014.

MONZONI NETO, M. P (2006). Impacto em renda do microcrédito: uma investigação empírica sobre geração de renda do crédito popular solidário (São Paulo confia), no município de São Paulo. 2006. Tese de Doutorado em Administração Pública e Governo, FGV, São Paulo, 2006.

MORDUCH, J. (1999). The Microfinance Promise. *Journal of Economic Literature*, v.37, n. 4 December), p.1569–1614.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Relatório do Desenvolvimento Humano 2014. Disponível em: <http://hdr.undp.org/en>. Acesso: 26 jul. 2014.

POZZEBON, M., DINIZ, E., JAYO, M. (2008). “Adapting the Structurationist View of Technology for Studies at the Community/Societal Levels” in *Handbook of Research on Contemporary Theoretical models in Information Systems*, Yogesh K.

Dwivedi, BanitaLal, M.D. Williams, Scott L. Schneberger, and Michael Wade (Eds), Hershey/London, Information Science Reference, p. 18-33.

SOARES, M.; MELO SOBRINHO, A. Microfinanças: O papel do Banco Central do Brasil e a importância do cooperativismo de crédito. Brasília: BACEN, 2007.

TURNER et al, Giving Credit Where Credit is Due, PERC, 2010.

WATSON, A.; DUNFORD, C.; De las microfinanzas ao microcambio: Integrando la educación en salud con las microfinanzas para empoderar a la mujer y reducir la pobreza: Microcredit Summit Campaign – UNFPA, 2007.

WOOLER, G M; WOODWORTH, W (2011) “Microcredit and Third World Development Policy”. Academic journal article from Policy Studies Journal, Vol. 29, No.